



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE
JANEIRO CENTRO DE TEOLÓGIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA**

HANNAH ANDRIEWISKI CAHEN

**O IMPACTO DO IDEAL ROMÂNTICO NA CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADE DE MULHERES JOVENS**

**Rio de Janeiro
2025**

HANNAH ANDRIEWISKI CAHEN

**O IMPACTO DO IDEAL ROMÂNTICO NA CONSTRUÇÃO DE
IDENTIDADE DE MULHERES JOVENS**

Monografia apresentada ao Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em psicologia.

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães
Co-orientadora: Mariana Gouvêa de Matos

Rio de Janeiro
2025

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo ao meu pai, Michael, que foi não apenas o responsável por tornar possível a minha graduação, mas também a pessoa que sempre acreditou em mim, independentemente das circunstâncias. Sua dedicação, apoio incondicional e confiança no meu potencial me acompanharam em cada etapa desta trajetória.

À minha mãe, Gisela, que sempre foi minha fonte inesgotável de carinho, conforto e colo, não apenas ao longo desses cinco anos de graduação, mas em todos os momentos de aperto e incerteza da minha vida. Sua presença acolhedora e sua capacidade de me amparar mesmo nos dias mais difíceis foram fundamentais para que eu chegassem até aqui.

Ao meu irmão, Caique, por ser uma fonte constante de inspiração na minha vida. Sua determinação, sensibilidade e maneira única de enxergar o mundo sempre me motivaram a seguir em frente e a buscar o meu melhor. Grande parte do que sou hoje nasceu das nossas trocas, do que aprendi observando você e da forma como, mesmo sem perceber, me ensinou a ser mais forte e mais eu mesma.

À minha irmã Julia, que, mesmo sem perceber, foi essencial nos meus momentos de distração e leveza ao longo desses anos. Sua presença iluminou muitos dias difíceis, e sou profundamente grata por tudo o que ela representa para mim.

À minha avó Iraci e à minha tia Maura, que estiveram ao meu lado em grande parte dos meus dias ao longo da graduação e, especialmente, durante o ano de escrita deste projeto. Sua presença constante, o carinho silencioso e os inúmeros momentos de pausa, sempre acompanhados de um café fresquinho e um bolo feito com amor, foram fundamentais para que eu recarregasse as energias e encontrasse leveza em meio às demandas acadêmicas.

À minha avó Uiara e ao meu avô Ivan, por todo o carinho, preocupação e cuidado que sempre dedicaram a mim. Obrigada por estarem presentes em todos os momentos, oferecendo apoio, conforto e ajuda sempre que eu precisei e sabendo que fariam tudo por mim sem hesitar.

Ao meu avô Marcos, que partiu no início deste percurso, mas cuja presença permaneceu comigo em todos os dias que se seguiram. Carrego comigo a saudade, mas também a certeza de que muito do meu caminho foi iluminado por tudo o que ele deixou em mim.

À minha amiga Luiza, cuja escuta atenta e conversas foram uma das maiores inspirações para a construção deste trabalho. Agradeço também pelo acolhimento constante, pela sensibilidade

em cada palavra e pela capacidade de tornar o insuportável mais suportável.

À minha amiga Laura, que foi minha primeira amiga na faculdade e com quem tive a alegria de aprender e crescer ao longo desses cinco anos. Nossa amizade me mostrou que, apesar dos desencontros e dos caminhos dificeis, quem está ao nosso lado de verdade permanece.

À minha amiga Giovanna, que foi um dos grandes presentes que a vida me deu nesses anos. Sua presença foi fonte constante de acolhimento e aprendizado, revelando o valor de uma amizade genuína. Com você, aprendi também a importância de pensar grande, de acreditar no futuro e de caminhar com coragem, principalmente nos momentos dificeis. Obrigada por tanto.

À todas as amizades que encontrei na faculdade, por cada risada compartilhada, cada conversa que me fortaleceu, pela paciência, pelo acolhimento e por toda contribuição nessa trajetória. Caminhar ao lado de vocês fez tudo mais leve e transformou essa jornada em algo muito mais significativo.

À minha equipe do SPA, pela parceria e pelo aprendizado compartilhado ao longo desses dois anos. Em especial à Anna e à Lais, que foram fundamentais para tornar esse espaço de início da minha jornada clínica mais leve, oferecendo apoio, acolhimento e presença em cada desafio e descoberta.

À minha supervisora do SPA, Monah Winograd, por ter me guiado nessa jornada clínica e sido fonte de tantos ensinamentos. Estendo também minha gratidão ao corpo docente da PUC-Rio, cujo conhecimento e dedicação marcaram profundamente minha formação.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora, Andrea Seixas, e à minha coorientadora, Mariana Matos, por me acolherem no meio do caminho da produção deste projeto e por me guiarem com tanto cuidado na construção deste trabalho. O apoio e a confiança de vocês fizeram toda a diferença.

RESUMO

Este trabalho analisa como o ideal romântico molda a identidade de jovens mulheres, entendendo-o como um dispositivo simbólico que regula comportamentos, afetos e modos de subjetivação feminina. A partir de uma revisão interdisciplinar, discute o amor romântico como construção social e patriarcal que atribui às mulheres vocação, destino e valor, enquanto reforça posições de poder masculino nas relações afetivas. Com perspectiva interseccional, evidencia desigualdades marcadas por raça, classe e sexualidade, destacando especialmente o racismo afetivo-sexual que limita e vulnerabiliza mulheres negras. Examina ainda tensões contemporâneas entre autonomia, expectativas de estabilidade e desejo por reconhecimento. Aborda movimentos de resistência, como o 4B, que questionam normas tradicionais. Conclui que problematizar o ideal romântico é essencial para ampliar possibilidades de liberdade e pluralidade.

PALAVRAS-CHAVE: ideal romântico; identidade feminina; mulheres jovens; interseccionalidade; patriarcado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CULTURA, SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA.....	7
2.1. O ideal romântico e a construção da subjetividade feminina.....	7
2.2. Uma perspectiva interseccional.....	13
3. MULHERES JOVENS E RELAÇÕES AFETIVAS	18
3.1. O adiamento das tradições e a multiplicidade do papel da mulher.....	18
3.2. A necessidade de um relacionamento e a validação feminina.....	23
3.3. O movimento 4B e a recusa do amor romântico tradicional.....	28
4. CONCLUSÃO.....	32
5. REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Os produtos culturais direcionados às meninas e às mulheres geralmente elegem como tema central o amor, a conquista de um homem para uma relação estável e o uso da beleza para seduzir e encantar (Zanello, 2020). Essa percepção foi o ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho, cujo objetivo principal é investigar o impacto do ideal romântico na construção da identidade de mulheres jovens.

Ao refletir sobre minhas próprias experiências e observações, passei a questionar sobre os efeitos do ideal do dispositivo romântico em mim e em outras mulheres da mesma faixa etária. Desde cedo, fui atravessada por narrativas que giravam em torno do amor romântico e de sua importância na vida da mulher. As mídias, como filmes, livros, novelas, redes sociais, e até mesmo as conversas cotidianas, sempre me apresentaram a ideia de que encontrar “a pessoa certa” era o objetivo principal da vida de uma mulher.

A promessa de um amor perfeito, incondicional e transformador é, muitas vezes, apresentada para as mulheres como sinônimo de realização pessoal. A clareza desse fato veio a partir da leitura do livro “Tudo sobre o amor”, de bell hooks (2022), em um clube do livro com uma amiga próxima. No livro, a autora define o amor a partir dos termos do psiquiatra M. Scott Peck, como sendo “a vontade de se empenhar ao máximo para desenvolver o crescimento espiritual próprio e de outra pessoa, colocando em perspectiva o amor como uma ação e consequentemente sendo uma escolha” (p. 47). Ou seja, o amor, para eles, seria uma prática ativa, intencional e contínua, que vai além de sentimentos românticos idealizados ou de expectativas culturais que aprisionam as mulheres em papéis estabelecidos por uma lógica patriarcal. Ao compreender o amor como uma escolha, hooks questiona o ato de amar como algo que simplesmente “acontece” ou que se conquista. Essa ideia acaba se distanciando do conceito de amor que representa uma espécie de salvação garantida ou um destino natural para a mulher. Em vez disso, é proposto que o amor verdadeiro exige esforço consciente, compromisso mútuo e, principalmente, autoconhecimento. Nesse sentido, o amor deixa de ser uma promessa externa de completude e passa a ser um campo de prática, onde o cuidado, o respeito e a liberdade são fundamentais para o crescimento de ambos os envolvidos.

Entretanto, essa nunca foi a forma como eu experiencingei. Pelo contrário, o amor sempre foi uma obrigação que eu não entendia. O famoso discurso popular e muito disseminado, que ameaça as mulheres com a profecia “vai ficar para titia”, aponta para uma vida solitária, sem gratificação afetiva e sexual, desprestigiada socialmente e desamparada na velhice. Isso sempre

fez eco no que eu sentia. O amor estava colocado como uma necessidade de se encaixar em um mundo onde o indivíduo sozinho não é aceito.

Ao investigar como o amor é condicionado por estruturas patriarcais, hooks (2022), ainda no mesmo texto, mostra que o modelo romântico tradicional muitas vezes mascara relações de poder e dependência emocional e financeira, que prejudicam principalmente as mulheres. Diante disso, tornou-se possível afirmar que a visão patriarcal sobre o amor influenciou diretamente a forma como eu lido com minhas emoções, com meu corpo, e até com as minhas escolhas de vida. A partir dessa inquietação, senti a necessidade de transformar esse incômodo em objeto de estudo, buscando compreender como esse ideal romântico é internalizado e quais são seus desdobramentos na construção da identidade feminina, pois observo que essa angústia não é apenas minha.

Sendo assim, a escolha pelo recorte em “mulheres jovens”, se dá por dois motivos: a identificação pessoal com o tema, e a compreensão sobre a forma como a juventude é sensível à construção de valores e crenças sobre o amor, o corpo e o lugar social da mulher. Esse é um momento em que ainda estamos nos descobrindo, nos posicionando no mundo, e por isso é também uma fase muito vulnerável à influência de discursos externos e que muitas vezes incidem sobre nós de maneira normativa. Nesse sentido, investigar como o ideal romântico atua nessa fase pode trazer contribuições importantes para compreender os mecanismos que sustentam determinadas expectativas sociais em relação a nós, mulheres.

Desse modo, este trabalho procura desconstruir o amor como um fenômeno natural, buscando compreendê-lo como sendo histórico e socialmente construído, moldado por códigos culturais e normas sociais, que definem como ele deve ser vivenciado, e consequentemente associado à figura feminina, de forma opressora e limitante. Em razão disso, é fundamental a utilização de teóricas feministas. Através dessas lentes, é possível enxergar o ideal romântico não apenas como uma questão pessoal ou emocional, mas como um dispositivo social que opera de forma estratégica na construção do feminino. Portanto, utilizar teorizações feministas neste trabalho não é apenas uma escolha metodológica, mas também uma postura política e epistemológica frente às desigualdades de gênero que ainda persistem e são constantemente reforçadas pelas expectativas sociais sobre a mulher e sua vivência do amor.

Desde o início da modernidade, os ideais românticos têm exercido forte influência na forma como o amor é narrado e na posição atribuída às mulheres na sociedade. A idealização do amor romântico é compreendida como um modelo baseado em relações de poder e dependência, que estabelece papéis e expectativas distintas para homens e mulheres (Karandashev, 2015).

Esse modelo idealizado influencia a forma como muitas mulheres, especialmente jovens, constroem sua identidade e autoestima, pautando seu valor pessoal na busca pelo “amor verdadeiro” e no casamento como prova de realização afetiva, o que pode levar a frustrações e à reprodução de desigualdades (Pascual-Fernández, 2016).

O amor, longe de ser apenas uma emoção, ou poder ser reduzido à atração erótica, é regulado por expectativas coletivas, que indicam ou determinam quem pode amar a quem, como deve amar e quais formas de amor são legitimadas ou rejeitadas em determinado contexto histórico (Neves, 2007). A partir disso, o ideal romântico pode ser visto como uma construção cultural que coloca o amor no centro da concepção de concretização humana, principalmente das mulheres. A manifestação do amor e do romance é frequentemente restringida e imposta ao corpo feminino, com meninas sendo ensinadas, desde muito cedo, sobre a ideia de que sua principal realização está ligada à capacidade de cuidar, amar e nutrir relações (Neves, 2007).

Dentro de uma lógica patriarcal, as mulheres são constantemente incentivadas a se interessarem pelo amor, a refletirem sobre ele e a agirem de forma amorosa. Entretanto, isso não significa que as mulheres possuam uma maior disponibilidade afetiva em comparação aos homens para pensar o amor (hooks, 2022). Pelo contrário, essa ideia é socialmente construída e reforçada por meio de estímulos ao desenvolvimento do carinho, da empatia e da compreensão. Esse incentivo está ligado ao ideal de que as mulheres devem se adequar a um modelo de feminilidade que favoreça o encontro de um parceiro e a construção de uma vida matrimonial (hooks, 2022).

A esfera do cuidado é culturalmente associada ao feminino e, desde a infância, as mulheres são socializadas para desenvolver habilidades voltadas ao cuidado de outras pessoas, sejam mais jovens, mais velhas, doentes ou feridas. É ensinado que oferecer cuidados básicos é uma forma de manifestação do amor, numa tentativa de estimular e reforçar a faceta “maternal” da mulher (hooks, 2022). hooks argumenta que esse modelo de amor, baseado no cuidado, no respeito e na tolerância, é comumente associado à relação entre mãe e filho, e não entre mulher e homem. A autora chama atenção para a contradição presente nesta construção: uma mulher dificilmente aceitaria ser desrespeitada, xingada e agredida por um filho, mas esses comportamentos, quando ocorrem em relações conjugais, muitas vezes são tolerados em nome da manutenção do vínculo amoroso (hooks, 2022).

Com isso, o papel do cuidado, quando imposto e naturalizado, contribui para posicionar a mulher em um lugar de passividade, onde o respeito próprio pode ser silenciado para preservar a relação com o parceiro. A expectativa de que a mulher cuide incondicionalmente do outro,

mesmo à custa de si mesma, reforça estruturas de desigualdade e submissão emocional (hooks, 2022). Nesse contexto, elas são preparadas para assumir um papel de cuidadoras emocionais, vistas como responsáveis por manter as relações harmônicas e bem-sucedidas. Essa narrativa perpetua a ideia de que a plenitude feminina está atrelada ao sucesso em relacionamentos amorosos, desconsiderando outras dimensões de suas identidades e ambições (hooks, 2022).

No entanto, quando pensamos sob uma perspectiva crítica, é importante ressaltar que essas lógicas não impactam todas as mulheres de forma homogênea. Fatores como raça, classe e orientação sexual moldam de maneiras diversas a relação das mulheres jovens com o ideal romântico, evidenciando que ele não é natural, mas um construto cultural que reforça hierarquias e exclusões. Por exemplo, as mulheres negras frequentemente enfrentam estereótipos, historicamente constituídos, que desumanizam ou hipersexualizam seus corpos, influenciando como elas são vistas e como se percebem no contexto de relacionamentos. Esse fator se escancara quando são explorados os estereótipos ligados às mulheres negras, que reforçam a objetificação e as coloca “na prateleira” como objetos sexuais, porém sem serem passíveis de receber ou dar amor (Mizael, et. al 2021). Portanto, o ideal romântico, longe de ser um conceito universal, é um mecanismo que reproduz desigualdades sociais, de diversas formas, ao privilegiar certos grupos enquanto marginaliza outros. A partir desses estudos, o presente trabalho vai buscar pensar como as construções sociais associadas ao ideal romântico moldam as experiências afetivas e a constituição da identidade de mulheres jovens, procurando responder à seguinte pergunta: “Como o ideal romântico impacta na constituição de identidade de mulheres jovens?”.

Este projeto, de caráter exploratório, busca desvendar como os ideais românticos influenciam escolhas pessoais e de relacionamentos de mulheres jovens, definidas como estando na faixa etária entre 18 e 24 anos de idade, e condicionam suas experiências de amor e afetividade. Ao abordar essa temática, o estudo analisa questões relacionadas a expectativas sociais e limitações impostas pelas narrativas e valores associados ao amor. Além disso, propõe-se a compreender como esses ideais interagem com aspectos interseccionais, como gênero, classe, raça e sexualidade, configurando diferentes formas de vivência e expressão do amor.

Dessa forma, a proposta pretende lançar luz sobre os desafios e tensões enfrentados por mulheres jovens em um contexto social que perpetua modelos idealizados de romance. Explorando, então, como essas dinâmicas contribuem para a formação da identidade feminina e afetam os modos pelos quais as mulheres experimentam e constroem suas relações afetivas.

O estudo do amor como um fenômeno influente na vida das mulheres tem relevância teórica significativa em áreas como a sociologia, a psicologia e os estudos de gênero, que têm natureza inter/transdisciplinar. O amor, longe de ser apenas uma experiência íntima ou natural, é também entendido como uma construção cultural e histórica que molda valores, comportamentos e expectativas (Pascual-Fernández, 2016). No caso das mulheres jovens, o ideal romântico desempenha um papel central na formação de suas identidades, incentivando-as a associar realização pessoal e autoestima à validação por meio de relações amorosas. Entendido como uma construção cultural hegemônica, o ideal romântico não impacta todas as mulheres da mesma forma. Sob a perspectiva da interseccionalidade, é possível analisar como marcadores sociais da diferença, como raça/cor, gênero, classe social e sexualidade, se articulam para produzir sistemas de privilégio e opressão. Essa abordagem permite compreender a complexidade das relações de poder que atravessam as experiências afetivas, revelando como esses marcadores moldam padrões de relacionamento e expectativas amorosas, bem como os diferentes lugares que indivíduos e grupos ocupam nessas dinâmicas (Lima et al., 2025).

Portanto, estudar o impacto do ideal romântico na construção da identidade de mulheres jovens permite compreender como as expectativas culturais e sociais sobre o amor são utilizadas para moldar a identidade feminina. Essa análise é essencial para questionar padrões opressores que ainda estruturam as relações afetivas e para promover narrativas mais plurais e libertadoras, valorizando as experiências, escolhas e agências das mulheres nos contextos contemporâneos.

Este trabalho consiste em uma revisão bibliográfica dedicada a investigar criticamente esse tema, reunindo estudos e debates recentes. As buscas foram realizadas em plataformas digitais, especialmente artigos publicados entre 2015 e 2025, acessados por meio do Google Acadêmico e do portal SciELO, em inglês e português. As palavras-chave utilizadas incluem “amor”, “processos identitários”, “ideal romântico” e “interseccionalidade”, discutidas ao longo do texto. Além disso, obras como *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*, de bell hooks (2020), e *A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações*, de Valeska Zanello (2020), também compõem o referencial teórico.

Por fim, o trabalho se desenvolve em dois capítulos onde no Capítulo 2, o trabalho aprofunda a discussão sobre como a cultura e a sociedade moldam a produção da identidade feminina, analisando o ideal romântico como um dispositivo que regula comportamentos, expectativas e formas de subjetivação das mulheres. Buscando compreender como o amor, historicamente construído a partir de lógicas patriarcais, influencia normas afetivas, papéis de gênero e dinâmicas de poder. Ainda nesse capítulo, uma perspectiva interseccional evidencia

que raça, classe e sexualidade produzem experiências distintas, destacando especialmente o impacto do racismo afetivo-sexual sobre as mulheres negras. Já o Capítulo 3 discute como mulheres jovens vivenciam o amor e os relacionamentos na contemporaneidade, explorando tensões entre autonomia, carreira, maternidade e expectativas sociais, além da persistência do dispositivo amoroso como forma de validação feminina. A partir de estudos recentes, o capítulo mostra como essas mulheres negociam entre discursos de liberdade e pressões tradicionais, revelando contradições, desafios e continuidades na forma como constroem suas identidades afetivas. Ao final, a conclusão retoma os principais argumentos desenvolvidos ao longo dos capítulos, destacando como o ideal romântico permanece influente na constituição identitária de mulheres jovens e defendendo a importância de compreender o amor como prática política para ampliar caminhos de liberdade, agência e pluralidade nas experiências afetivas femininas.

CAPÍTULO 2: CULTURA, SOCIEDADE E A PRODUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA

2.1 O ideal romântico e a construção da subjetividade feminina

O processo de subjetivação feminina e o ideal romântico estão profundamente interligados, uma vez que o amor pode ser compreendido como um fenômeno histórico e social, moldado pelas condições e valores de cada época. Para compreender plenamente sua influência na formação das identidades femininas, torna-se essencial uma análise crítica de autores que exploram as interseções entre ideal amoroso e gênero. Esses estudos revelam como as construções do amor não apenas regulam expectativas e papéis femininos, mas também reforçam ou desafiam as hierarquias sociais e as dinâmicas de poder que atravessam as relações afetivas e identitárias.

Entre os teóricos que propõem esse debate, destaca-se bell hooks, que explora profundamente o conceito de amor e seus atravessamentos socioculturais em suas obras. No livro “Tudo Sobre o Amor: Novas Perspectivas”, hooks (2022) aborda o amor como uma ferramenta de transformação tanto social quanto pessoal. Ela critica a forma como a sociedade capitalista e patriarcal distorce a noção de amor, frequentemente associando-o à possessividade, controle e egoísmo. Para hooks, o amor genuíno exige comprometimento, cuidado, respeito, responsabilidade e conhecimento mútuo, constituindo, assim, uma prática ativa e intencional. Sendo assim, o amor passa a ser tratado como uma escolha, o que elimina a ideia do amor como um sentimento ligado ao instinto humano.

Segundo a autora, o amor é essencial para a cura e o desenvolvimento humano, sendo indispensável para uma verdadeira transformação nas relações pessoais e na sociedade. hooks questiona a idealização do amor romântico e o impacto que essa visão idealizada exerce sobre as relações e expectativas amorosas na sociedade ocidental. Para experimentar o amor real, argumenta hooks (2022), é necessário romper com as lógicas machistas e patriarcais que nos foram impostas, afetando tanto mulheres quanto homens. O medo desse "amor verdadeiro" (p. 186-187) muitas vezes leva as pessoas a buscar não uma conexão autêntica, mas um parceiro que sirva como uma conquista social, desvirtuando o propósito transformador do amor.

A partir disso, o amor de hooks questiona os ideais romantizados, que frequentemente excluem experiências de mulheres e minorias raciais. Essas narrativas reforçam desigualdades e marginalizam aquelas que não se encaixam nos padrões hegemônicos de feminilidade e romantismo. A autora então propõe uma ressignificação do amor como o elemento essencial para a cura e o desenvolvimento humano, junto com a construção de relações sociais mais justas.

Outra autora que tem destaque no cenário do debate de processos de subjetivação femininos e o ideal do amor é a psicóloga Valeska Zanello. A teoria criada por ela trabalha a ideia da “prateleira do amor” (Zanello, 2022), que trata o feminino como condicionado, submetido ao dispositivo amoroso . Sendo assim, é entendido que o eu feminino é construído a partir do olhar masculino.

Dessa forma, as mulheres passam a vida toda em uma prateleira a mostra para serem escolhidas por um parceiro, o que coloca a mulher em um papel de vulnerabilidade uma vez que não importa quem a escolha, mas sim ser escolhida. De modo que a autoestima feminina é “terceirizada”, pois o desejo do outro sobre elas é extremamente necessário para constituição da sua identidade. Isso condiciona as mulheres, especialmente as mais jovens, a basearem seu valor pessoal na conquista do amor romântico, em desfavor de outros planos e projetos. Para Zanello, a "prateleira do amor" se constitui com um espaço simbólico que limita a autonomia feminina e reforça papéis de gênero tradicionais.

Entretanto, não podemos deixar de lado a perspectiva feminista que tem ganhado força, e viabiliza um discurso de independência, priorizando a realização pessoal e profissional. Em um estudo realizado por Carvalho e Paiva (2010), foi investigado o olhar de três gerações de mulheres sobre o casamento, ficando explícito como esse ideal permanece presente mesmo diante das transformações sociais proporcionadas pelos movimentos feministas e pelas mudanças nas configurações familiares contemporâneas. Historicamente, o casamento foi moldado sob diferentes bases ao longo dos séculos. Gerda Lerner (2019), na obra A Criação do Patriarcado, argumenta que o casamento não é uma expressão natural do amor ou da afetividade humana, ele é uma instituição criada para organizar e legitimar o domínio masculino sobre as mulheres, junto com a base da estrutura econômica e social.

Desde o advento da agricultura e da propriedade privada, o casamento passou a servir como instrumento de controle da reprodução, da herança e da sexualidade feminina (Lerner, 2019). Para Lerner (2019), o comércio de mulheres, principalmente no que se refere ao casamento, foi a primeira forma de acumulação de propriedade privada:

Já no segundo milênio a.C., em sociedades mesopotâmicas, as filhas de famílias pobres eram vendidas para casamento ou prostituição a fim de fornecer auxílio econômico para suas famílias. As filhas de homens pobres podiam definir um preço de noiva, pago pela família do noivo à família da noiva, o que não raro permitia à família da noiva garantir

casamentos mais vantajosos financeiramente para seus filhos, melhorando assim a posição econômica da família. (p. 262)

Esse modelo fazia das mulheres propriedade, primeiro dos pais e depois dos maridos, e seu valor variava conforme a classe social. Nas legislações antigas, como o Código de Hamurabi e as leis hebraicas, o casamento era vinculado ao controle da sexualidade feminina e à hierarquia social (Lerner, 2019).

Junto a isso, a virgindade da esposa era uma condição essencial para o casamento, e a fidelidade conjugal era exigida apenas das mulheres, sendo o adultério punido com severidade quando cometido por elas. Práticas como a venda de esposas, a posse de concubinas, o confinamento e a punição da infidelidade revelam um sistema jurídico e cultural estruturado para assegurar a legitimidade dos herdeiros e garantir a transmissão da propriedade (Lerner, 2019). Dessa forma, o casamento, durante milênios, funcionou como forma de dominação de gênero e de classe. A partir da modernidade, especialmente entre os séculos XVI e XVIII na Europa Ocidental, emerge a ideia de *companionate marriage*, em que o afeto mútuo, a vontade individual e as preferências emocionais começam a ganhar legitimidade no casamento, em contraste com formas anteriores baseadas principalmente em alianças sociais, econômicas ou familiares (Martins e Baumard, 2023). Portanto, só com o individualismo moderno é que amar alguém por escolha própria torna-se um critério aceitável para a união conjugal.

Com isso, o individualismo moderno surge, também, como um processo histórico que obtém seu auge na Renascença, sendo marcado pela ruptura com a lógica tradicional da Idade Média, permitindo que o homem se perceba como sujeito histórico, dinâmico e consciente de si mesmo (Rezende, 2020). Esse processo é marcado pela valorização de novas formas de subjetivação, por meio da exaltação da singularidade e da autonomia do indivíduo, tanto no plano social quanto artístico. A arte do Renascimento, por exemplo, deixa de ser uma expressão religiosa coletiva e passa a refletir a personalidade e as intenções do artista (Rezende, 2020).

Entretanto, esse processo não é limitado à arte. Ele aparece nas estruturas sociais e políticas, alterando a relação do sujeito com o outro. Assim, o indivíduo passa a ter autonomia sobre o que ele é, inaugurando uma nova forma de liberdade individual (Rezende, 2020). A dissolução desses padrões de convivência favorece a movimentação da identidade coletiva para a subjetiva, e inaugura uma forma de “desejo de ser livre” (Rezende, 2020, p. 63), elemento essencial para o processo de escolha de um interesse romântico. Essa forma de amor, centrada na individualidade e na autenticidade do sentimento, só é possível em um contexto em que o sujeito

se comprehende e é comprehendido como portador de interioridade e como autor da própria vida emocional.

Sendo assim, é possível pensar o surgimento do amor romântico como um desdobramento cultural e emocional que passa a acontecer nos séculos posteriores, a partir desse processo de individualização. A valorização da subjetividade e da expressão do eu abriram caminho para a ideia de um amor baseado na afinidade e na realização individual, se distanciando dos vínculos conjugais tradicionais baseados em aliança econômica, honra familiar ou dever religioso.

Eva Illouz (2011), em “Amor nos Tempos do Capitalismo”, coloca que o amor romântico surgiu como parte de um novo estilo afetivo moderno, no qual a vida emocional dos indivíduos passa a ser uma parte central da construção de suas identidades. Essa forma de amor se caracteriza pela ideia de espontaneidade, pela idealização da pessoa amada e pela exclusividade afetiva, formando uma nova regra emocional marcada pela singularidade da experiência amorosa. Illouz (2011) argumenta que “o amor é irracional, o que significa que não se necessita de um saber cognitivo ou empírico para compreender que aquela é a pessoa certa” (p. 55).

Com o crescimento de uma cultura afetiva na modernidade, o amor deixa de ser um arranjo social ou um pacto entre famílias, como era na maior parte das sociedades pré-modernas, e passa a se tornar o núcleo simbólico da realização pessoal. Isso é acompanhado por uma reconfiguração da família e da vida íntima, nas quais a escolha do cônjuge passa a ser motivada por compatibilidade emocional e desejo individual, e não mais por imperativos econômicos ou políticos. Illouz (2011) observa que essa transformação está imbricada com o que ela chama de “capitalismo afetivo” (p. 41), no qual os sentimentos tornam-se centrais também na organização social e nas práticas econômicas, como se vê nas estratégias de consumo e nos modelos de subjetividade difundidos pela mídia e pela psicologia. No entanto, mesmo com a ampliação das possibilidades relacionadas à vida afetiva das mulheres, o ideal de uma união estável e feliz persiste, evidenciando um paradoxo entre as conquistas feministas e os modelos afetivos internalizados.

A luta feminista, ao reivindicar igualdade de direitos e liberdade sexual, permitiu que mulheres ocupassem novos espaços, como o mercado de trabalho. Entretanto, isso não resultou em uma redistribuição das responsabilidades domésticas. Ao assumirem essa nova função, as mulheres continuaram sendo as principais responsáveis pelas tarefas do lar, já que, em grande parte, os homens não passaram a compartilhar essas obrigações, o que gerou uma sobrecarga para elas (Nogueira, 2001; Knibiehler, 2007). Isso contribui para a ambivalência vivida por

muitas mulheres jovens, que oscilam entre a busca por autonomia e a manutenção de expectativas idealizadas de amor, casamento e maternidade.

Dessa forma, o impacto do ideal romântico na construção da identidade de mulheres jovens se manifesta por meio de um conflito interno, em que liberdade e desejo por estabilidade convivem. Esse ideal, longe de desaparecer, se atualiza, influenciando profundamente o modo como as mulheres constroem seus projetos de vida e suas identidades afetivas, mesmo em uma sociedade marcada pela fluidez das relações.

Seguindo esse pensamento, um estudo de Neiva e Araújo (2023) oferece uma análise fundamental sobre o impacto do ideal romântico nas relações afetivas e sexuais de jovens universitários, evidenciando como o ideal romântico ainda se mantém, mesmo em um contexto marcado por fluidez e incerteza. A pesquisa envolveu mais de mil estudantes heterossexuais, e mostrou que, apesar das transformações sociais recentes e da valorização da autonomia e da individualidade, certos resquícios do amor romântico permanecem na construção da identidade afetiva dos jovens.

De acordo com os autores, as relações afetivas contemporâneas se caracterizam por um embate entre individualidade e conjugalidade, como apontado por Féres-Carneiro (1998), expressando o paradoxo entre o desejo de liberdade e a busca por vínculos estáveis. Essa tensão reflete uma sobreposição de valores relacionados tanto ao amor romântico tradicional, associado à submissão feminina, à maternidade compulsória e ao casamento eterno (Giddens, 1993; Bourdieu, 1998), como ao amor confluente, baseado na reciprocidade emocional e sexual, e que valoriza a continuidade da relação apenas enquanto for satisfatória para ambas as partes.

Neiva e Araújo (2023) apontam que muitos jovens ainda mantêm expectativas de estabilidade e de relações duradouras, evidenciando uma continuidade, ainda que repaginada, do ideal romântico. Isso é visível na permanência de certos valores, como a busca por reconhecimento emocional e o desejo de construir uma família, especialmente entre jovens de renda mais alta. Isso ficou claro quando, ao cruzar os dados sobre o desejo de ter filhos com a renda familiar, percebe-se um padrão que reforça a influência do recorte socioeconômico. Entre as mulheres do segmento mais pobre (até R\$1.500), 50% “discordam” ou “discordam totalmente” da afirmação de que ter filhos é importante, enquanto entre as de renda mais alta (acima de R\$12.000), esse percentual cai para 26%. O inverso também é verdadeiro: 28% das mais pobres “concordam” ou “concordam totalmente”, contra 50% das mais ricas. Em termos absolutos, 51% das mulheres com renda familiar acima de R\$12 mil consideram que filhos são “importantes” ou “muito importantes”, ao passo que esse número não ultrapassa 30% entre as de

renda mais baixa. No lado oposto, 53% das mais pobres acreditam que filhos não são importantes, em contraste com 30% das mais ricas.

Outro aspecto relevante é o questionamento de papéis de gênero. Embora as mulheres apresentem maior foco na individualidade e na carreira profissional, desvinculando-se dos modelos tradicionais que as subordinavam ao lar e à maternidade, a pesquisa revela que essas mesmas mulheres mantêm, em alguma medida, expectativas ligadas à estabilidade emocional e à busca por vínculos duradouros. Por exemplo, 4,18 foi a média das mulheres para a importância de “ter uma relação estável/permanente”, em uma escala de 1 a 5, valor bastante próximo ao dos homens (4,06), o que indica que a ideia de continuidade nas relações segue sendo valorizada. Da mesma forma, 68% das respondentes de renda mais alta “concordam totalmente” com a afirmação “um dos meus sonhos é casar e constituir família”, contra 43% entre as de renda mais baixa, revelando que o projeto de uma vida conjugal persists, especialmente entre as classes de maior renda. Esse dado reforça a ideia de que a desconstrução do ideal romântico não ocorre de forma linear, mas atravessada por fatores como classe social, renda e trajetória cultural. Nesse sentido, os jovens tendem a vivenciar, na atualidade, um paradoxo em suas relações, que os leva a oscilar entre a fluidez e o desejo por conexões profundas, entre liberdade e segurança afetiva.

Assim, o ideal romântico, embora enfraquecido em sua forma tradicional, continua a influenciar a construção da identidade de mulheres jovens, agora permeado por novas configurações que equilibram autonomia e desejo de conexão. Esse conflito entre modelos tradicionais e práticas contemporâneas mostra que, na construção da identidade feminina, as representações tradicionais sobre o amor, o casamento e a sexualidade ainda desempenham um papel central, mesmo que ressignificadas pelas transformações culturais e sociais.

2.2 Uma perspectiva interseccional

É impossível compreender os efeitos do ideal do amor sem pensar nos atravessamentos raciais, visto que mulheres negras não só sofrem com as consequências da sociedade patriarcal, mas também de uma sociedade que foi estruturada de forma racista. Para as mulheres negras, a junção de todos os fatores de desigualdade na sociedade é a solidão (Mizael, et. al 2021).

A solidão da mulher negra significa a ausência de parceiros afetivos e sexuais de longa duração, e a omissão perante a isso está estritamente relacionada ao machismo atravessado pelo racismo. Junto a isso, outro fator agravante é o ideal de supremacia branca, que estabelece o padrão de beleza como o vinculado a traços físicos brancos, uma vez que o fenótipo negro é hostilizado e colocado como inferior por conta dos ideais racistas. Por conta disso, mulheres negras acabam sendo consideradas menos bonitas e atraentes por candidatos a parceiros amorosos, reforçando a ideia de solidão (Mizael, et. al 2021).

No artigo “Racismo afetivo-sexual e o preterimento da mulher negra: o amor tem cor?”, Rodrigues et al. (2024) colocam que o ditado “as mulheres brancas são para casar, a "mulata" para transar e as pretas para trabalhar” ainda representa o lugar de cada mulher no ciclo social de relacionamento. A rejeição sofrida pela mulher negra começa desde muito cedo, principalmente no ambiente escolar, quando não são convidadas para brincar pelos seus pares na hora do recreio, quando não é estabelecida uma relação de afeto com professores ou escutam comentários sobre sua aparência. Assim, esse preterimento representa uma exclusão social e afetiva que é referida no artigo como “Pirâmide da Solidão” (p. 5), em que as mulheres negras se encontram na base.

No mercado afetivo, as mulheres negras, quando não são preteridas, são colocadas em um lugar de “segunda opção”, diferente das mulheres brancas, que são colocadas como primeiro plano, como “mais dignas de um relacionamento”. Ou seja, mesmo que mulheres pretas entrem em relacionamentos, estes seguem uma lógica de que essas mulheres não seriam para casar, mas sim para o prazer. Isso faz com que elas não sejam consideradas por parceiros para relacionamentos duradouros, até pelos homens negros. Essa hierarquização afetiva, como apontam Rodrigues et al. (2024), não é reproduzida apenas por homens brancos, mas também por homens negros, que associam a imagem da mulher branca ao prestígio, ao status social e ao poder, preferindo as mulheres pretas, principalmente, quando ascendem socialmente. Tal comportamento reforça um ciclo de exclusão no qual a mulher negra, mesmo dentro de sua própria comunidade, permanece no lugar da marginalização afetiva.

Berquó (1987, apud Rodrigues et al., 2024) já havia destacado que as mulheres pretas apresentavam maior propensão a permanecer solteiras de forma compulsória, uma vez que homens negros demonstravam preferência por se envolver com mulheres brancas. Essa tendência, observada desde os estudos demográficos do final do século XX, evidencia que o racismo afetivo-sexual está profundamente enraizado nas relações amorosas contemporâneas, atravessando as esferas de gênero, raça e classe. Assim, o preterimento afetivo da mulher negra não é apenas resultado da rejeição explícita, mas de um processo social e histórico que continua a legitimar o amor branco como ideal e o corpo negro como exceção, reforçando a desigualdade nas possibilidades de amar e ser amada.

Outro aspecto abordado no artigo são os padrões de beleza e como o padrão eurocêntrico atravessa as mulheres pretas, impactando seu bem estar e autoestima. Isso se dá uma vez que a lógica persistente é a de que o branco é o bonito e o negro não. Isso fica claro nas falas das participantes do estudo de Rodrigues et al. (2024):

Sim. Justamente por conta de que nós crescemos com a imagem de que a pessoa branca, loira, de cabelo liso, olho azul ou verde é bonita e negro não. Ouço isso até da minha mãe, ela falava: “você não pode casar com pessoas pretas, porque os seus filhos serão negros e de cabelo duro. Você tem que casar com uma pessoa branca porque seus filhos nascerão com o cabelo melhorzinho. (p.12)

A partir disso, podemos revisitar a ideia de prateleira do amor de Zanello (2020), que implica na compreensão de que, quanto mais distante do ideal de beleza, pior é seu lugar na prateleira e menor as chances para um relacionamento amoroso, que não tenha marcas de objetificação sexual. Ou seja, quando o corpo da mulher negra não é reduzido à função de objeto sexual, ele é simplesmente apagado, não lhe é concedido o direito ao afeto, ao cuidado e à atenção. Essa exclusão é reproduzida tanto por homens brancos quanto por homens negros, evidenciando o caráter estrutural do racismo afetivo. A tonalidade da pele, nesse contexto, torna-se um marcador central na hierarquização dos corpos femininos: à mulher preta retinta é negada a possibilidade de ser amada; à mulher mestiça ou “mulata” reserva-se o lugar da fetichização e da objetificação; e à mulher branca é conferido o estatuto de ideal amoroso, aquela digna de ser esposada e exibida como troféu (Rodrigues et al., 2024)

Essa lógica evidencia que a presença da mulher negra no campo afetivo se dá, muitas vezes, apenas pela via da objetificação sexual. Isso se dá devido a uma visão estereotipada tanto do corpo da mulher negra quanto da sexualidade, sendo uma forma de legitimar a violência

sexual e a exploração. De modo que reforça a ideia de que as mulheres negras são hipersexualizadas, desprovidas de controle sobre sua sexualidade e, portanto, disponíveis (Garcia et al., 2025). Esse imaginário associa o corpo negro à disponibilidade, sustentando a crença de que essas mulheres seriam corpos acessíveis, mas não amáveis. A objetificação, nesse sentido, opera como um dispositivo que desumaniza, transformando o corpo negro feminino em um território de uso, ausentando do direito à reciprocidade e ao reconhecimento. Como afirmam Jesus e Conceição (2023), no artigo “A solidão da mulher negra em uma perspectiva afetiva-sexual”, a mulher negra não é enxergada como objeto de amor, não sendo idealizada romanticamente. Assim, ela é vista como objeto do outro.

Com isso, a estereotipação do corpo negro feminino, portanto, não se restringe ao campo do desejo sexual, ela se estende à construção da subjetividade e impacta a autoestima e a capacidade de amar e ser amada. Mbembe (2008, *apud* Garcia et al., 2025) coloca como as marcas do racismo e do colonialismo atravessam o corpo e a psique, restringindo as possibilidades de existência plena e de vivência do amor. O trauma histórico da escravidão e as formas contemporâneas de discriminação moldam o modo como as mulheres negras se percebem e se relacionam com o afeto, produzindo feridas emocionais que comprometem o florescimento do amor próprio e do amor voltado ao outro.

Assim, o racismo é um sistema que permeia dimensões mais íntimas da vida, sustentando as desigualdades e produzindo modos de ser e sentir atravessados pela exclusão. Consequentemente, o amor, quando é pensado como prática social e política, é afetado por essas hierarquias, se tornando um espaço de reprodução das mesmas violências que marcam as relações raciais.

Com isso, é importante que o tema seja abordado a partir de uma perspectiva interseccional, uma vez que sistemas de opressão de raça, gênero e classe convergem. Consequentemente, uma análise que se baseia em experiências de mulheres que não vivem o mesmo contexto acaba se tornando equivocada, pois ignora as especificidades históricas, raciais, sociais e culturais que estruturam a vida de mulheres negras. Quando se utilizam parâmetros universais baseados em vivências de mulheres brancas, situadas em outras realidades, produz-se uma leitura distorcida, incapaz de captar as formas particulares de opressão, resistência e subjetivação que atravessam a existência de mulheres negras (Crenshaw, 1991). Lima et al. (2025) retomam essa ideia no artigo “Raça/cor, gênero e classe nas relações afetivas de jovens negras: uma abordagem interseccional”, ressaltando que as experiências das mulheres negras só

podem ser plenamente entendidas quando se considera o entrecruzamento entre raça, gênero e classe, pois estes produzem sistemas de privilégios e opressão.

O estudo de Lima et al. (2025), que busca entender como a intersecção entre raça, classe e gênero afetam as relações sociais e afetivas de jovens negras, mostra, primeiramente, que o racismo e a discriminação de classe se reforçam mutuamente, ampliando as desigualdades que atravessam a vida das jovens negras periféricas. Com isso, existe um apagamento da subjetividade individual, que é substituída por uma coletiva estigmatizada, uma vez que a racialização de meninas negras acontece desde o primeiro contato com redes de socialização. Isso é uma consequência de uma introjeção de sentimentos de inferioridade em relação aos padrões europeus brancos, que acarretam na tentativa de apagamento de traços étnicos. Um exemplo disso é o alisamento dos cabelos, que é um traço étnico que se destaca.

Isso conversa também com a manifestação do sexismo junto ao racismo, porque o preterimento afetivo da mulher negra se dá devido às características fenotípicas. Essas marcas corporais, associadas historicamente à inferiorização e à hipersexualização, fazem com que a mulher negra seja vista como objeto de desejo, mas não como sujeito digno de afeto, restando a ela a solidão, visto que o interesse afetivo é estruturado por práticas culturais e, consequentemente, pelo racismo estrutural (Lima et al., 2025). Assim, enquanto o homem, sobretudo o homem branco, ocupa o lugar de quem escolhe, a mulher negra é colocada em uma posição de subordinação, sendo reduzida à satisfação do desejo masculino e excluída das possibilidades de reconhecimento afetivo e amoroso.

Nesse sentido, é imprescindível compreender que a solidão da mulher negra é, antes de tudo, uma solidão social e política, sustentada pela articulação entre racismo, sexismo e desigualdade de classe. Como destacam as autoras, as experiências de violência simbólica e afetiva vividas por meninas negras são reflexo de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que hipersexualiza seus corpos, lhes nega o direito ao amor e à proteção (Lima et al., 2025). Por outro lado, Lima et al. (2025) apontam que os espaços coletivos de resistência, como grupos de empoderamento feminino e discussões sobre raça nas escolas, constituem práticas de enfrentamento que promovem consciência racial, fortalecimento da identidade e reconstrução da autoestima. Essa dimensão política do cuidado e da autoafirmação é fundamental para romper com o ciclo de opressão e ressignificar as formas de amar e ser amada. Dessa forma, compreender o amor, a autoestima e a solidão da mulher negra sob a ótica da interseccionalidade implica reconhecer que o campo afetivo é também um campo político, onde se reproduzem, mas também se contestam, as estruturas de dominação.

Com isso, bell hooks (2022) propõe que o amor é uma prática de liberdade, um movimento consciente de reconstrução de si e do outro, capaz de romper com as formas históricas de dominação e desumanização. Após séculos de negação e objetificação, afirmar-se digna de amor é subverter a lógica racista e patriarcal que reduziu o corpo negro à servidão e ao prazer alheio. O amor, nesse sentido, torna-se uma ferramenta de resistência e cura: um gesto que permite às mulheres negras reconstruírem sua autoestima, sua humanidade e sua capacidade de se reconhecerem como sujeitos plenos de afeto e desejo. Amar, portanto, é um ato de insubmissão, um modo de existir fora das amarras do racismo e de reivindicar para si o direito à ternura, ao cuidado e à liberdade.

CAPÍTULO 3: MULHERES JOVENS E RELAÇÕES AFETIVAS

3.1 O adiamento das tradições e a multiplicidade do papel da mulher.

As relações afetivas vividas por mulheres jovens na atualidade refletem profundas mudanças sociais e culturais. O adiamento do casamento, a busca pela construção de carreira e a redefinição de papéis de gênero transformaram a forma como o amor, o compromisso e a maternidade são percebidos. Ao mesmo tempo, muitas ainda enfrentam cobranças explícitas ou sutis para se casar, ter filhos ou ao menos manter um relacionamento estável, o que cria um cenário de tensão entre autonomia individual e expectativas sociais.

No artigo “Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil”, Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2004) aponta que as transformações sociais e culturais das últimas décadas levaram à incorporação de um novo papel à identidade feminina. A mulher contemporânea, especialmente a de classe média urbana, passou a integrar no seu cotidiano as dimensões da vida profissional, afetiva e familiar, sem, contudo, se libertar inteiramente dos antigos modelos normativos. O discurso contemporâneo de emancipação feminina se entrelaça à permanência de expectativas tradicionais, constituindo um novo tipo de ideal normativo, o da mulher completa, que sustenta todos os encargos relacionados a trabalho, casa e filhos. A ampliação dos espaços de atuação não veio acompanhada de uma redistribuição efetiva das responsabilidades domésticas ou afetivas, a mulher contemporânea é convocada a somar, e não a substituir, os papéis que antes lhe eram impostos. A exigência de conciliar todos esses domínios, o trabalho, o lar, o amor, a maternidade e o cuidado de si, converte-se em uma nova forma de idealização do feminino.

Dessa forma, se abre espaço para dois tipos de discursos diferentes, sendo um direcionado à forma “antiga” de se pensar, que contribui para a manutenção do papel da mulher voltado ao cuidado, ao lar e aos filhos, e o discurso contemporâneo, que incorpora a vida profissional. Assim, passa a existir um mecanismo de escolha onde o feminino é situado entre essas duas possibilidades, e o caminho seguido por cada mulher se baseia na ideia de “escolhas pessoais”. Ou seja, as mulheres não mais precisarão se submeter a papéis pré-estabelecidos, sendo capazes de decidir como querem viver suas vidas, principalmente sobre casamento, filhos, vida profissional ou até relacionamentos em geral. No entanto, o discurso da “escolha” acaba por mascarar os impasses e contradições que persistem, uma vez que a liberdade de escolha é frequentemente atravessada por expectativas sociais e desigualdades de gênero que continuam a delimitar o campo do possível para as mulheres (Rocha-Coutinho, 2004).

A ideia da escolha permeia principalmente o tema da maternidade, e como ela é concebida. Essa concepção reafirma para a mulher o lugar do cuidado, a colocando em uma posição de maior “capacidade” para criar e educar os filhos. Mesmo em um contexto no qual se reconhece a importância da participação paterna, a responsabilidade pelo cuidado continua sendo vista como majoritariamente feminina, revelando uma relação assimétrica em que o homem aparece como coadjuvante. Assim, o discurso moderno, que defende a liberdade de escolha e a inserção da mulher no espaço público e profissional, convive com o discurso tradicional, que reafirma a maternidade como destino natural. Isso foi visto em uma das falas das mulheres entrevistadas por Rocha-Coutinho (2004):

Apesar de eu achar que pai e mãe têm que estar junto sempre e tal, acho que por a criança ter nascido de dentro dela, ela tem uma ligação maior. O filho tem uma confiança maior na mãe, entendeu? do que no pai... É óbvio que uma mãe tem um papel maior perante o filho do que o pai, mesmo por causa daquela coisa simbólica do cordão umbilical, que se rompeu, mas não rompe nunca, mais ou menos assim... (K2). (p. 8).

Essa convivência, no entanto, não se dá sem tensões: a tentativa de conciliação entre esses campos, o da realização pessoal e o da dedicação ao lar, faz com que a mulher permaneça dividida entre papéis que continuam sendo desigualmente valorizados socialmente. Isso fica ainda mais evidente em um outro estudo de Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2003), “Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares”. Nesse estudo, também com mulheres do Rio de Janeiro de classe média, ficou evidente essa tentativa constante de conciliar as múltiplas esferas da vida, trabalho, maternidade e vida afetiva, criando a necessidade de que mulheres desenvolvam estratégias de gestão e autocontrole que revelam tanto resistência quanto conformidade diante das normas sociais. Conforme apontaram as entrevistadas, existe uma busca por “ajustar as agendas” e impor restrições a si mesmas, como evitar misturar trabalho e família, delegar tarefas ou preservar o espaço pessoal. Ainda assim, permanece a sensação de insuficiência e o sentimento de culpa por não conseguir atender plenamente às demandas de ambos os mundos, consequentemente levando a uma tentativa de compensação através de bens materiais. Essa sobrecarga é agravada pelo fato de que, mesmo quando há divisão de tarefas, a responsabilidade última pela harmonia familiar continua recaendo sobre a mulher, que internaliza a cobrança por excelência em todas as esferas da vida.

Dessa forma, a conciliação entre carreira e vida familiar permanece atravessada por contradições e limitações.

A chamada “dupla jornada” se mantém como uma realidade que exige da mulher um esforço constante de autogestão, na tentativa de equilibrar o desempenho profissional com as expectativas de cuidado e dedicação familiar (Rocha-Coutinho, 2003). Dessa forma, a identidade feminina não é transformada, mas ampliada: agora, além de mãe e cuidadora, a mulher deve ser também uma profissional competente e financeiramente autônoma. Essa multiplicidade de papéis, embora celebrada como sinal de emancipação, carrega contradições profundas. O resultado é que, mesmo diante de um ideal de liberdade e autonomia, as mulheres seguem buscando equilibrar múltiplas demandas que, muitas vezes, se mostram inconciliáveis. Como mostram os depoimentos, a “harmonia” entre vida profissional, maternidade e vida pessoal é sentida como algo difícil de alcançar, embora seja socialmente esperada. O discurso da escolha, portanto, encobre o caráter contraditório dessa conciliação: ao mesmo tempo em que a mulher é incentivada a ser independente e realizar-se profissionalmente, continua sendo responsabilizada pelo cuidado dos filhos e pela organização doméstica. Assim, a ideia de escolha se torna mais uma forma de pressão, na medida em que a mulher se vê compelida a ser “boa em tudo”, ainda que saiba das limitações impostas por uma estrutura social que não reparte de forma equitativa as responsabilidades cotidianas (Rocha-Coutinho, 2004).

É nesse contexto que surge a alternativa do adiamento da maternidade para quando a vida profissional estiver mais estabilizada e, consequentemente, houver uma maior estabilidade financeira, o que consiste em fator de minimização da mulher “multitarefas”. Assim, essas estabilidades, que de acordo com as entrevistadas por Rocha-Coutinho (2004), têm que estar, no mínimo, parcialmente satisfeitas, são o marco do momento ideal para exercer a maternidade. Isso se dá, uma vez que ela é a facilitadora da conciliação entre família e trabalho. Para que a mulher não tenha a necessidade de estar batalhando nas duas frentes ao mesmo tempo, podendo se dedicar a uma de cada vez. Com isso, a opção de ser mãe passa a ser uma “escolha pessoal”, uma vez que as outras opções, como investir em uma carreira profissional, passam a ser uma necessidade maior, devido ao processo de luta pela emancipação feminina (Rocha-Coutinho, 2004).

Apesar desse discurso de escolha e liberdade, no discurso das mulheres entrevistadas por Rocha-Coutinho (2004) foi possível perceber ainda a existência da noção de que a maternidade é parte essencial da realização feminina. Mesmo quando a mulher reconhece outras possibilidades, como o investimento na carreira ou o adiamento do nascimento dos filhos (Rocha-Coutinho,

2004). Assim, o filho permanece como o símbolo da completude feminina, e sua ausência é frequentemente traduzida como uma forma de incompletude identitária. Essa idealização da maternidade reforça o papel tradicional da mulher como principal responsável pelo cuidado e pela vida doméstica, alimentando a noção de “instinto materno” e do amor incondicional como atributos naturais do feminino. A imposição moral da maternidade no corpo da mulher a leva a “dividir-se e multiplicar-se para dar conta de todas as tarefas”, perpetuando o que a autora denomina de sobrecarga simbólica da mulher moderna.

A ideia de que a maternidade é uma etapa essencial da vida feminina ainda exerce forte influência sobre as subjetividades das mulheres, mesmo em contextos de conquista profissional e autonomia financeira. Como apontam Rios e Gomes (2009), a ausência voluntária de filhos, embora crescente entre casais contemporâneos, ainda é atravessada por julgamentos morais e estigmas que associam a não maternidade à frieza, ao egoísmo ou à falta de realização pessoal. As autoras destacam que, apesar das transformações nos modelos familiares e conjugais, a identidade feminina continua fortemente vinculada à capacidade de gerar e cuidar, o que torna a decisão de adiar ou renunciar à maternidade uma escolha que precisa constantemente ser justificada.

O estudo proposto por Rios e Gomes (2009) teve como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre as transformações que a instituição do casamento e família sofreram ao longo do tempo. Assim, em suas análises, foi visto que o casamento contemporâneo passou a se basear mais na afetividade e na realização pessoal do que em funções econômicas ou reprodutivas. No entanto, as mulheres permanecem submetidas a uma estrutura simbólica que faz da maternidade um marcador central de sua completude. Mesmo entre aquelas que optam por não ter filhos, observa-se a presença de ambivalência e culpa, sentimentos esses que têm origem em uma cultura que naturaliza o amor materno como um instinto e define o cuidado como vocação feminina. Assim, a liberdade de escolha coexiste com uma cobrança silenciosa de conformidade aos papéis tradicionais.

Em síntese, tanto nas mulheres que optam pela maternidade quanto naquelas que a adiaram ou a rejeitam, observa-se a permanência de um mesmo núcleo simbólico: a necessidade de corresponder a um ideal de completude que continua sendo socialmente determinado. Com isso, mesmo o discurso da escolha é atravessado por valores culturais que vinculam a identidade feminina ao cuidado e à afetividade (Rio e Gomes, 2009). Assim, ainda que as transformações sociais e o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho tenham ampliado suas

possibilidades de vida, a emancipação conquistada é constantemente tensionada por expectativas que associam realização pessoal à esfera privada.

Essa lógica é reforçada nas narrativas analisadas por Machado e Klanovicz (2025), em um estudo que investigou como questões de gênero influenciam as decisões profissionais de dez mulheres cientistas e professoras de universidades estaduais do Paraná. Nessas narrativas, torna-se evidente que êxito profissional e autonomia financeira raramente são suficientes para assegurar um sentimento pleno de reconhecimento social. O valor simbólico atribuído à mulher permanece, em grande medida, vinculado à sua capacidade de se doar, à família, ao parceiro ou aos filhos. Assim, maternidade, casamento e amor romântico continuam a operar como referências centrais de legitimação do feminino, mesmo em um contexto que proclama liberdade e igualdade.

3.2 A necessidade de um relacionamento e a validação feminina

Se nas últimas décadas as mulheres conquistaram maior autonomia pessoal, sexual e profissional, as mudanças nas estruturas afetivas nem sempre acompanharam esse movimento. A mulher contemporânea continua a ser socialmente interpelada pela ideia de que a realização plena depende da presença de um parceiro amoroso, revelando que o ideal romântico, longe de se dissolver, apenas se atualiza em novas formas de dependência simbólica. Ainda que o casamento e a maternidade não sejam mais vistos como destinos inevitáveis, a busca por um relacionamento estável permanece associada à noção de sucesso e completude feminina. Nesse cenário, as mulheres se veem atravessadas por um paradoxo: lutam por autonomia e realização individual, mas seguem avaliadas por parâmetros afetivos e relacionais (Rocha-coutinho, 2004). Quando a maternidade é adiada ou questionada, o ideal de completude migra para outro campo, o das relações amorosas. É aí que o amor romântico, historicamente apresentado como destino e propósito da mulher, ressurge como uma forma sutil de validação identitária (hooks, 2020).

É possível, assim, retomar as ideias de Valeska Zanello (2020) e, sobretudo, o conceito de “dispositivo amoroso” formulado por Tainá Swain (2006), no artigo “Entre a vida e a morte, o sexo”, que é um conjunto de discursos e práticas que ensinam a mulher a se perceber através do olhar do outro. Assim, o relacionamento amoroso assume o papel de mediador simbólico da autoestima feminina. Isso se dá uma vez que, ao dizer que as mulheres se subjetivam pelo dispositivo amoroso, passa a ser compreendido que elas se constroem a partir da necessidade de serem vistas, escolhidas e desejadas. Consequentemente, a escolha masculina é a que tem peso, valor.

Nessa configuração, o amor não se manifesta apenas como afeto, mas como processo que regula comportamentos e identidades. O dispositivo amoroso, ao naturalizar a ideia de que o reconhecimento feminino depende da aprovação masculina, cria um regime emocional no qual “ser amada” se confunde com “ser alguém”. Dessa forma, a mulher aprende desde cedo a organizar sua vida emocional e social em torno da possibilidade de ser escolhida, o que impacta diretamente na maneira como ela se veste, se comporta, fala e até planeja seu futuro. Criando, consequentemente, uma ideia de que não importa quem a escolhe e sim o fato de ser escolhida (Zanello, 2020).

Essa dinâmica gera uma hierarquia na qual o valor da mulher é medido pela sua capacidade de atrair e manter o interesse de um parceiro. A ausência dessa validação é frequentemente interpretada como fracasso pessoal, o que explica a persistência da ideia de que a mulher “sozinha” é incompleta. A busca por um relacionamento se mistura a discursos de

empoderamento, mas mantém a necessidade de aprovação. Assim, quando não está em um relacionamento amoroso, passa a existir um sentimento de inadequação e insuficiência, mesmo diante de conquistas profissionais ou pessoais, uma vez que o relacionamento consiste em uma forma de ser validada como mulher (Zanello, 2020)

Essa estrutura subjetiva é reforçada pelos discursos midiáticos e pelas práticas cotidianas que associam o sucesso feminino à conquista amorosa. Filmes, novelas, redes sociais e a cultura de influenciadoras perpetuam a imagem da mulher “completa” quando acompanhada, em contraposição à mulher “sozinha”, frequentemente retratada como amarga ou incompleta. O dispositivo amoroso, portanto, se adapta ao tempo: ainda que o discurso da independência feminina ganhe força, ele convive com a exigência de que essa mulher continue amável, desejável e, sobretudo, disponível (Swain, 2023).

Dessa maneira, o dispositivo amoroso se torna uma engrenagem invisível de controle, pois atua não pela coerção direta, mas pela internalização do olhar. A mulher se vigia, se molda e se regula para corresponder a um ideal de feminilidade que, em última instância, tem como horizonte a aprovação masculina. Assim, a validação afetiva continua sendo o principal referencial para a construção da identidade feminina. Romper com esse dispositivo não significa rejeitar o amor, mas compreender que o vínculo afetivo não pode ser o único espaço de reconhecimento e de sentido na vida das mulheres.

Nesse contexto, é possível compreender que a necessidade de um relacionamento como forma de validação feminina não é apenas um fenômeno socialmente construído, mas também psicológico, sustentado por valores internalizados que orientam as motivações afetivas. Como indica Tartakovsky (2023), as motivações românticas podem se organizar em torno de eixos como “amor e cuidado” versus “status e recursos”, e “sexo e aventura” versus “família e filhos”(p.6), revelando que os relacionamentos amorosos estão intrinsecamente ligados aos valores pessoais e sociais que moldam o comportamento afetivo. No caso das mulheres, a socialização tradicional tende a associar o valor do amor e do cuidado à autodefinição identitária, de modo que o relacionamento amoroso se torna o espaço privilegiado para a expressão e a validação de sua subjetividade. Assim, o desejo de ser amada e reconhecida se entrelaça à busca por pertencimento e segurança emocional, reproduzindo um sistema simbólico em que o afeto funciona como mediador de valor social.

Contudo, essa dinâmica não se limita ao plano individual. O dispositivo amoroso atua como mecanismo de regulação social e afetiva que orienta as mulheres a investirem sua energia emocional em relações que prometem estabilidade e aceitação, mas que, frequentemente,

reforçam hierarquias de gênero. De acordo com as evidências apresentadas por Tartakovsky (2023), as motivações femininas em torno de “família e filhos” ou de “status e recursos” continuam sendo influenciadas por valores de conservação e autotranscendência, o que demonstra a permanência de padrões culturais que associam a realização feminina ao cuidado e à conformidade social.

Portanto, compreender essa necessidade de validação por meio do vínculo amoroso implica reconhecer a tensão entre autonomia e dependência simbólica. O desafio contemporâneo é deslocar o amor de um campo de reconhecimento hierárquico, em que a mulher é valorizada enquanto objeto de afeto, para um campo de reciprocidade e liberdade, no qual o vínculo amoroso não seja a medida da própria existência, mas uma escolha entre sujeitos inteiros Tartakovsky (2023).

Dessa forma, o dispositivo amoroso, conforme elaborado por Swain (2023), demonstra ser um dos principais mecanismos de manutenção do patriarcado, justamente por operar de modo sutil e imperceptível. Trata-se de um processo que convence as mulheres, desde a infância, de que existe um lugar imaginário pré-determinado na sociedade que deve ser ocupado, sendo esse um lugar associado ao cuidado, à afetividade e à submissão, naturalizando papéis de gênero e perpetuando desigualdades. Esse imaginário estabelece o amor, o cuidado e a abnegação como virtudes essencialmente femininas, fazendo com que a mulher seja socializada a compreender o afeto como destino e como medida de sua realização pessoal.

No interior desse sistema simbólico, amar passa a ser uma forma de dever moral que se relaciona com um critério de valor. Assim, transformando a submissão em uma forma de provar o amor que a mulher sente e a dependência afetiva em vocação feminina. Como afirma Swain (2023):

Amar aqueles que delas abusam, maltratam, amar e silenciar sobre os pais e parentes estupradores, amar as tarefas que lhes são impostas, este dispositivo se reveste de um caráter quase religioso. “Amar o próximo” é tarefa das mulheres, seja pela coerção familiar ou social, seja por seu próprio assujeitamento. O cuidado, o serviço, abrangem os doentes, os velhos, as crianças, os animais, tarefas para as quais os homens estão sempre indisponíveis. (p. 268)

A internalização dessa lógica leva à aceitação da desigualdade e da violência, disfarçadas como expressões de cuidado e de sacrifício. O amor, nesse contexto, funciona como mecanismo

de sujeição, por meio da qual as mulheres se tornam cúmplices involuntárias de sua própria opressão.

Essa perspectiva permite compreender por que a necessidade de um relacionamento aparece, ainda hoje, como elemento central na constituição da identidade feminina e como as mulheres se relacionam com sua própria vida romântica. O dispositivo amoroso cria e sustenta a crença de que uma mulher sem homem, sem amor, não seria ninguém no imaginário social (Swain, 2023), reforçando a ideia de que o valor feminino é mediado pela aprovação masculina. O vínculo amoroso, portanto, torna-se o espaço por excelência onde a mulher busca reconhecimento, ainda que às custas de sua autonomia.

A partir dessa constatação, torna-se evidente que romper com esse dispositivo não implica negar o amor, mas libertá-lo de sua função disciplinadora. O desafio está em reconfigurar o amor como espaço de reciprocidade e não de assujeitamento, como um encontro entre sujeitos livres, e não como destino que define o valor de ser mulher. Assim, compreender o dispositivo amoroso é também compreender a persistência da necessidade de validação feminina nas relações heteronormativas. Ao deslocar o amor do campo da obrigação moral para o da escolha consciente, o feminismo propõe uma nova ética afetiva, uma ética em que o reconhecimento não dependa da relação com o outro, mas do exercício pleno da autonomia e da dignidade de ser.

A partir dessa perspectiva, observa-se que o dispositivo amoroso e o mito do amor romântico convergem como tecnologias de gênero que moldam subjetividades femininas a partir da lógica patriarcal. Ambos operam sobre a ideia de que o amor é o destino e o sentido último da vida das mulheres, conduzindo-as à aceitação de papéis subalternos e à naturalização da desigualdade nas relações afetivas. Como destacam Melo e Sousa (2025), o amor, para as mulheres, é colocado como um fator de desempoderamento e, para os homens, é visto de uma forma completamente diferente, ou seja, um fator de proteção da dominância, pois conduz as mulheres à aceitação de qualquer situação em nome da preservação da relação.

Essa dinâmica revela como o amor, em sua forma romantizada, ultrapassa o campo das emoções individuais para se tornar um fenômeno político e social. Ao transformar a necessidade de amar e ser amada em uma questão identitária, o patriarcado mantém as mulheres em posição de vulnerabilidade e dependência, fazendo com que o rompimento de uma relação violenta seja percebido como um fracasso pessoal (Melo & Sousa, 2025). Essa internalização do ideal amoroso reforça o que Swain (2023) descreve como “a construção de corpos-em-mulher prontos a viver no esquecimento de si pelo amor de outrem” (p. 268).

O mito do amor romântico, ao associar amor e sofrimento, transforma a dor em expressão de compromisso e a submissão em prova de fidelidade. Essa associação é potencialmente letal, pois perpetua a ideia de que “o amor tudo suporta”, inclusive a violência (Santos et al., 2014). As mulheres são socializadas a acreditar que sua autoestima e valor dependem da capacidade de manter um relacionamento, mesmo que isso as coloque em risco. Nesse sentido, o amor se converte em uma forma de regulação biopolítica que atua sobre os corpos e os afetos femininos, perpetuando desigualdades estruturais. Amar, portanto, não deve ser um destino, mas uma escolha que se constrói a partir da liberdade e da reciprocidade. O rompimento com o dispositivo amoroso exige que o amor deixe de ser uma medida de valor e se torne uma prática de emancipação.

Dessa maneira, pensar o amor sob uma perspectiva feminista é repensar também as formas de existência e de reconhecimento feminino. A desconstrução do mito do amor romântico e do dispositivo amoroso abre espaço para que o amor se transforme em um território de encontro entre sujeitos autônomos, e não em uma prisão simbólica que limita o ser mulher à função de amar e servir. Somente assim será possível romper com o ciclo histórico que associa a realização feminina à presença de um homem e construir novas possibilidades de subjetivação baseadas na autonomia, no afeto e na liberdade.

3.3 O movimento 4B e a recusa do amor romântico tradicional

Em meio às transformações nas dinâmicas afetivas e nos papéis de gênero, um fenômeno recente tem ganhado destaque por sua radicalidade e potência simbólica: o Movimento 4B, surgido na Coreia do Sul. O nome faz referência à recusa de quatro práticas tradicionalmente associadas à feminilidade e à realização social: casamento, maternidade, namoro e relações sexuais com homens (*Bihon, Bichulsan, Biyeonae, Bisekseu*). Mais do que um simples boicote às instituições patriarcais, o 4B expressa uma forma de resistência coletiva diante de um contexto marcado pela desigualdade de gênero, pela pressão social sobre o corpo e a sexualidade feminina, e pelo ideal de amor romântico como destino. As adeptas do 4B interpretam a recusa não como ódio aos homens, mas como um ato de autopreservação e autodefinição. O 4B é, então, um movimento de libertação individual e coletiva, que se baseia na recusa do sacrifício das mulheres, algo que é passado por gerações, proporcionando uma visão de futuro que abrange mais do que as estruturas patriarcais que as cerceiam (Rohma & Saadah, 2025).

O artigo “*Challenging Patriarchy: The Resource Mobilization of 4B Movement in South Korea*” de Rohma e Saadah (2025), mostra que as raízes do Movimento 4B na Coreia do Sul estão profundamente ligadas à longa história de misoginia e patriarcado no país, herança que remonta ao período da Dinastia Joseon. Nesse contexto, as ideias confucionistas consolidaram a noção de que a pureza doméstica era uma virtude suprema, e que o valor das mulheres estava diretamente associado à sua castidade e obediência dentro do lar. Mesmo com o avanço do século XX e o acesso crescente das mulheres à educação superior, a sociedade sul-coreana ainda via essas mulheres como desviantes do ideal tradicional de feminilidade, ou do que se chamava de “Joseon-ness”. A transição para a democracia em 1987 trouxe novas possibilidades de expressão social e política, incluindo o fortalecimento dos movimentos feministas, que passaram a questionar essas estruturas patriarcais enraizadas.

O assassinato de uma jovem mulher em um banheiro público em Seul, em 2016, considerado um crime motivado por ódio de gênero, tornou-se um marco simbólico dessa luta, desencadeando o protesto do “Post-it de Gangnam Station”. Esse episódio marcou um ponto de virada, impulsionando uma nova onda de ativismo feminista que abriria caminho para o surgimento de movimentos mais radicais e autônomos, como o Movimento 4B, que propõe uma rejeição total às instituições e relações consideradas opressoras para as mulheres, como o casamento, o namoro, o sexo e a maternidade (Rohma & Saadah, 2025).

O contexto sociocultural que levou à criação e manutenção do movimento é o de desigualdades de gênero extremamente exacerbadas e uma construção moral que perpetua

hierarquias familiares e papéis rígidos. Uma vez que tenha mudado bruscamente com as mudanças socioeconômicas coreanas, a visão tradicional sobre o lugar social da mulher ainda é marcada pelos valores tradicionais. Mesmo que mulheres casadas trabalhem integralmente, ainda sim é esperado delas que exerçam o papel de esposa, filha e mãe (Lee & Zeman, 2024)

Na matéria “*Defying Patriarchy: South Korea’s 4B Movement and Women’s Rejection of ‘Future-Maker’ Role*”, do jornal europeu *Modern Diplomacy* (2024) discute-se como o Estado sul-coreano enfrenta uma taxa de natalidade extremamente baixa, o que tem gerado políticas de incentivo ao casamento e à maternidade. Embora o governo promova discursos de “salvação nacional” centrados na valorização da maternidade e da reprodução, a estrutura social e laboral coloca as mulheres em uma posição que sustenta simultaneamente dois espaços: o produtivo e o doméstico. Essa dupla tarefa resulta em uma sobrecarga cotidiana, marcada por longas jornadas de trabalho, condições precárias de emprego e pela persistente ausência de uma redistribuição justa das responsabilidades familiares. É visto que a Coreia do Sul apresenta os níveis mais baixos de igualdade de gênero entre os países da OCDE, o que evidencia a dificuldade de ascensão profissional para as mulheres. Apesar do aumento expressivo da escolarização feminina nas últimas décadas, a participação de mulheres na força de trabalho, especialmente entre aquelas na faixa dos 30 e 40 anos, permanece inferior à de muitos países desenvolvidos, revelando como as barreiras estruturais persistem. Nesse contexto, as jovens coreanas se tornam um caso emblemático para compreender como se entrelaçam as expectativas de desempenho no trabalho, no casamento e na maternidade (Kim, Woo & Han, 2024).

Esse cenário faz com que o casamento e a maternidade sejam percebidos por muitas jovens como sinônimos de perda de liberdade e de oportunidades profissionais. Pesquisas recentes mostram que mais de 65% das mulheres coreanas entre 20 e 35 anos afirmam não desejar casar ou ter filhos (Modern Diplomacy, 2024). A recusa, portanto, é uma resposta a um modelo social que espera das mulheres excelência profissional, docilidade afetiva e produtividade materna, uma combinação impossível e emocionalmente desgastante.

Essa recusa propõe uma ruptura profunda com o modelo de feminilidade tradicional, questionando as estruturas que transformam o amor e a maternidade em obrigações morais. Ao rejeitar os vínculos heteronormativos e os papéis de gênero impostos, o movimento redefine o significado de autonomia feminina, reivindicando o direito de pertencer a si mesma. Nesse sentido, o 4B pode ser compreendido como uma resposta ao ideal de dispositivo amoroso, que submete a mulher ao olhar e ao desejo masculino. De forma que, o feminino é constituído dentro de uma lógica em que o reconhecimento e o valor pessoal dependem do olhar do outro e, em

especial do homem, o que coloca a mulher numa posição de constante busca por aprovação (Swain, 2006; Zanello, 2020). O amor, nesse contexto, funciona como um dispositivo que organiza o desejo e a autoestima femininos, fazendo com que a mulher aprenda a amar a partir de um lugar de necessidade.

O Movimento 4B tensiona justamente esse sistema. Ao recusar o namoro, o casamento e o sexo, as participantes rompem com o circuito simbólico que alimenta o dispositivo amoroso. Trata-se de um gesto que questiona o amor não enquanto sentimento em si, mas enquanto estrutura social atravessada por poder. A recusa de se submeter ao jogo da escolha, de estar disponível na “prateleira do amor”, como diz Zanello (2020), é também a recusa de construir o próprio valor a partir da validação masculina. Nesse sentido, o 4B não propõe o fim do amor, mas a desconstrução de uma forma de amar que foi moldada pelo patriarcado.

Essa crítica encontra ressonância profunda nas reflexões de bell hooks (2022) em “Tudo sobre o amor: novas perspectivas”. Para hooks, o amor, tal como é aprendido em sociedades patriarcais, não é uma prática de liberdade, mas de dominação. A autora argumenta que as relações heterossexuais tradicionais reproduzem hierarquias de poder, pois são estruturadas pela crença de que amar é possuir, controlar ou ser reconhecido pelo outro. Em sua leitura, o patriarcado ensinou tanto homens quanto mulheres a confundir amor com obediência e dependência emocional, esvaziando seu potencial transformador.

O movimento 4B, portanto, pode ser lido como uma reação prática e política àquilo que hooks identifica teoricamente: a recusa de aceitar o amor como campo de sofrimento e desigualdade. Quando as mulheres 4B escolhem o “não”, estão reivindicando o direito de redefinir o amor a partir de si mesmas, um amor que não exige submissão, nem reconhecimento externo para existir. Essa recusa é, paradoxalmente, um gesto de amor radical, no sentido proposto por hooks: o amor como ato de liberdade, de cuidado e de responsabilidade por si.

Para hooks, amar verdadeiramente implica compromisso, respeito e conhecimento mútuo; exige consciência e ética. O que o 4B denúncia é que, nas relações marcadas pela desigualdade de gênero, esses princípios se tornam inviáveis, pois a mulher é socializada para doar-se, enquanto o homem é autorizado a dominar. Em um ambiente em que o amor é corrompido pela estrutura de poder, a recusa torna-se o primeiro passo para restaurar sua autenticidade. Ao recusar o amor imposto, as mulheres criam espaço para imaginar novas formas de vínculo, sendo elas horizontais, éticas e livres da lógica de dominação. É nesse gesto de desobediência afetiva que o movimento se torna revolucionário: ele rompe o ciclo de dependência simbólica e abre caminho para um amor que não seja instrumento de opressão, mas

expressão de autonomia e verdade. O 4B, quando pensamos o amor como um ato de vontade, pratica uma vontade de amar diferente: não o amor que aprisiona, mas o que liberta. A recusa, longe de ser ausência, é potência; é a criação de um espaço ético e emocional onde a mulher pode, enfim, amar a si mesma sem pedir permissão.

Ao situar o 4B dentro da discussão sobre identidade feminina, percebe-se que ele representa uma tentativa de reconstruir a subjetividade fora da dependência do outro. O movimento recusa o “amor como dever” e propõe o “amor como possibilidade”, somente se ele não implicar perda de si. Em um contexto em que o discurso da liberdade feminina convive com a permanência da cobrança por vínculos amorosos e pela maternidade, o 4B se afirma como um gesto de ruptura com as promessas de completude.

Em última instância, o 4B explicita uma exaustão emocional, social e simbólica, em relação aos ideais tradicionais de amor e gênero. Ele questiona o preço da emancipação feminina dentro de estruturas que continuam exigindo entrega e renúncia. Ao escolher o “não”, essas mulheres reivindicam o direito de se bastar. A recusa, nesse caso, é um ato de criação: recusar é abrir espaço para novos modos de existir, amar e ser mulher. Assim, o movimento 4B pode ser entendido não apenas como resistência, mas como reinvenção, sendo uma forma de produzir liberdade por meio da recusa. Em diálogo com os capítulos anteriores, ele representa o ponto máximo da crítica ao ideal romântico: se antes o amor e o casamento eram vistos como provas de valor e identidade, o 4B marca a virada para um novo horizonte, em que o amor deixa de ser destino e passa a ser escolha, e a mulher deixa, enfim, de ser o Outro para ser sujeito de si mesma.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou compreender o impacto do ideal romântico na construção da identidade de mulheres jovens, reconhecendo-o como um dispositivo simbólico que, ao longo da história, tem regulado comportamentos, desejos e formas de subjetivação feminina. A discussão realizada permite afirmar que o amor romântico, longe de ser um fenômeno natural, constitui-se como uma construção social e histórica, moldada por discursos patriarcais que definem o lugar da mulher a partir de sua relação com o outro, sobretudo com o homem.

Autoras como bell hooks (2022), Valeska Zanello (2020), Gerda Lerner (2019) e Eva Illouz (2011) contribuíram para evidenciar que o amor tem sido usado como um mecanismo de controle simbólico e emocional, sustentando hierarquias de gênero que naturalizam a dependência feminina. Enquanto o amor é apresentado como vocação, destino e medida de valor para as mulheres, aos homens é oferecida a experiência amorosa como espaço de poder e domínio. Assim, o ideal romântico se revela uma tecnologia social que atua na manutenção do patriarcado, perpetuando desigualdades e limitando as possibilidades de autonomia e autodefinição das mulheres.

Contudo, essa influência não é homogênea. Ao se observar o amor sob uma perspectiva interseccional, foi percebido que fatores como raça, classe e gênero produzem experiências distintas e desiguais. As mulheres negras são afetadas pelo racismo afetivo-sexual, que as coloca à margem do mercado amoroso, associando-as a estereótipos de hipersexualização e desumanização. Nesse contexto, o ideal romântico, além de sexista, também é racializado, reforçando a exclusão e a solidão das mulheres negras. A partir de autoras como bell hooks e Kimberlé Crenshaw, compreender o amor como prática política significa reconhecer que as relações afetivas também são atravessadas por estruturas de poder que precisam ser desafiadas.

Apesar dos avanços nas conquistas feministas e das transformações culturais, observa-se que o ideal romântico persiste, ainda que reconfigurado. As mulheres contemporâneas vivem o paradoxo entre a busca por autonomia e o desejo de reconhecimento afetivo, oscilando entre liberdade e dependência simbólica. O discurso da “escolha” e da “libertação feminina” convive com a pressão sutil para que a mulher continue sendo amável, cuidadora e emocionalmente disponível, como evidenciado nas análises de Zanello (2020) e Swain (2023). Essa ambiguidade mostra que a emancipação afetiva não ocorre de forma linear, mas exige um processo contínuo de reflexão e resistência.

Nesse sentido, exemplos contemporâneos como o artigo “Is Having a Boyfriend Embarrassing Now?”, publicado pela *British Vogue* (2025), ilustram de forma simbólica a

mudança geracional na forma como jovens mulheres encaram o amor heteronormativo. A matéria questiona o porquê de tantas mulheres jovens considerarem “vergonhoso” ou “retrógrado” assumir publicamente um relacionamento com um homem, revelando um novo olhar crítico sobre as dinâmicas de poder que atravessam o namoro e o amor tradicional. Esse fenômeno midiático expressa um movimento coletivo de ressignificação do amor, que passa a ser visto menos como destino e mais como escolha consciente e ética, em sintonia com o pensamento de bell hooks, que entende o amor como prática de liberdade e não de submissão.

Além disso, o surgimento de movimentos como o 4B, na Coreia do Sul, evidencia formas de resistência ainda mais radicais, que propõem a recusa consciente das instituições patriarcais, como casamento, namoro, maternidade, e até mesmo das relações sexuais, como um gesto político de autopreservação e emancipação. Essas iniciativas demonstram que o amor, enquanto prática social, pode ser também um espaço de contestação e reconstrução de si, abrindo caminho para novas formas de existir e se relacionar fora das normas hegemônicas.

Portanto, romper com o ideal romântico tradicional não significa negar o amor, mas ressignificá-lo. Trata-se de compreender o amor como um ato ético, político e consciente, fundado na reciprocidade, no respeito e na autonomia, e não como uma promessa de completude ou salvação. O desafio contemporâneo está em transformar o amor em uma prática de emancipação, em que as mulheres possam amar e ser amadas sem abdicar de si mesmas.

Conclui-se, assim, que compreender o amor a partir de uma perspectiva feminista é também compreender novas possibilidades de existência, nas quais o valor da mulher não se define pela presença de um homem, mas pela capacidade de se reconhecer como sujeito pleno de afeto, liberdade e dignidade. Somente por meio dessa ressignificação será possível construir relações verdadeiramente igualitárias, nas quais o amor deixe de ser uma forma de sujeição e se torne, enfim, um espaço de liberdade e crescimento mútuo.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1998). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.
- Carvalho, F. C. G. de, & Paiva, M. L. de S. C. (2009). O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. *Boletim de Psicologia*, 59(131), 223–235. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200008
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299.
- De Oliveira Machado, R., & Klanovicz, L. R. F. (2025). Entre o trabalho e a família: Narrativas de mulheres cientistas brasileiras sobre casamento, maternidade e carreira. *Revista Punto Género*, (23), 340–373.
- Dos Santos Rodrigues, H., Do Sacramento, D. B., & De Oliveira Aragão, V. G. (2024). Racismo afetivo-sexual e o preterimento da mulher preta: O amor tem cor? *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 15(43).
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379–394. <https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>
- Garcia, C. F. M., Ribeiro, C. J., & Madeiro, R. T. (2025). Solidão e amor: é possível amar uma mulher negra? *Revista em Favor de Igualdade Racial*, 8(1), 28–39.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. Unesp.
- Hooks, b. (2022). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas* (S. Borges, Trad.). Editora Elefante.
- Illouz, E. (2011). *O amor nos tempos do capitalismo* (V. Ribeiro, Trad.). Zahar.
- Jardim, M. C., & Paoliello, R. M. (2022). Abandono, solidão e desistência do amor: O racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto. *TOMO*, 41, 88–104.
- Jesus, B. S., & Conceição, A. F. S. (2023). A solidão da mulher negra em uma perspectiva afetiva-sexual. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, 16(3), 131–139. <https://doi.org/10.25194/rf.v16i3.1689>
- Joseph, C. (2025, outubro 29). Is having a boyfriend embarrassing now? *Vogue*. <https://www.vogue.com/article/is-having-a-boyfriend-embarrassing-now>
- Karandashev, V. (2015). A cultural perspective on romantic love. *Online Readings in Psychology and Culture*, 5(4), 2.
- Kim, Y., Woo, H., & Han, S. W. (2022). Work and family pathways and their associations with health for young women in Korea. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(23), 15704.
- Knibiehler, Y. (2007). Quem cuida das crianças? (C. Allain, Trad.). *Folha de São Paulo, Caderno Mais*, p. 4.

Lee, M., & Zeman, K. (2024). *Childlessness in Korea*. *Demographic Research*, 51, 669–686.

Lerner, G. (2019). *A criação do patriarcado* (L. Sellera, Trad.). Cultrix.

Lima, G. M. B. et al. (2025). Raça/cor, gênero e classe nas relações sociais e afetivas de jovens negras: Uma abordagem interseccional. *Cadernos de Saúde Pública*, 41(8), e00200424. <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT200424>

Martins, M. de J. D., & Baumard, N. (2024). Reproductive strategies and romantic love in early modern Europe. *Archives of Sexual Behavior*, 53(3), 901–915.

Melo, A. C. C. de, & Sousa, L. de M. (2025). O mito do amor romântico e o amor identitário: produção de violências em relacionamentos amorosos. *Revista COR LGBTQIA+*, 2(8), 200–210.

Mizael, T. M., Barrozo, S. C. V., & Hunziker, M. H. L. (2021). Solidão da mulher negra: Uma revisão da literatura. *Revista da ABPN*, 13(38), 212–239.

Neiva, P., & Araújo, M. J. (2023). Amor, sexualidade, fluidez e incerteza entre os jovens: Uma comparação entre homens e mulheres. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 39, e22200.

Neves, A. S. A. das. (2007). As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: A caminho do “amor confluentes” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? *Revista Estudos Feministas*, 15, 609–627.

Nogueira, C. (2001). Feminismo e discurso do gênero na Psicologia Social (Tese de Doutorado). *Universidade do Minho*.

de Oliveira Machado, R., & Klanovicz, L. R. F. (2025). Entre o trabalho e a família: Narrativas de mulheres cientistas brasileiras sobre casamento, maternidade e carreira. *Revista Punto Género*, (23), 340-373.

Palma, L., Richwin, I. F., & Zanello, V. (s.d.). Dispositivos de subjetivação e sofrimento das mulheres: Para uma escuta gendrada das emoções no campo da psicoterapia.

Pascual Fernández, A., et al. (2016). Sobre el mito del amor romántico. Amores cinematográficos y educación.

Purba, J. N. (2024, setembro 12). Defying patriarchy: South Korea’s 4B movement and women’s rejection of “future-maker” role. *Modern Diplomacy*. <https://moderndiplomacy.eu/2024/09/12/defying-patriarchy-south-koreas-4b-movement-and-womens-rejection-of-future-maker-role/>

Rezende, C. C. de. (2020). A Renascença e a nova individuação: A substância das formas artísticas e das narrativas historiográficas na era moderna. *Revista Cerrados*, (57), 57–71.

Rios, M. G., & Gomes, I. C. (2009). Casamento contemporâneo: Revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26, 215–225.

Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: A mulher, a carreira e as relações familiares. In *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 57–77).

Rocha-Coutinho, M. L. (2004). Novas opções, antigos dilemas: Mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia*, 12(1), 2–17.

Rohma, M. N., & Saadah, K. (2025). Challenging patriarchy: The resource mobilization of 4B movement in South Korea. In *Proceedings of the International Conference on Politics, Social Sciences, and Humanities* (pp. 167–174).

Santos, A. C. dos, Farias, D. T. M., Pereira, R. F. dos S., & Barros, A. de. (2014). A violência contra a mulher e o mito do amor romântico. *Caderno de Graduação – Ciências Humanas e Sociais*, 105–120. <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/1810/1065>

Swain, T. N. (2006). Entre a vida e a morte, o sexo. *Revista Labrys Estudos Feministas*, 10.

Swain, T. N. (2023). O dispositivo amoroso e tutti quanti: As artimanhas do patriarcado. *Caderno Espaço Feminino*, 36(2), 264–279.

Tartakovsky, E. (2023). The psychology of romantic relationships: Motivations and mate preferences. *Frontiers in Psychology*, 14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1273607>

Zanello, V. (2020). *A prateleira do amor: Sobre mulheres, homens e relações*. Appris.